



Câmara Municipal
de
Juundiatuba

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI No 1 264

Assunto: Abertura de um crédito especial no valor de Cr.\$ 2 500 000,00,
para contratar com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a construção -
de uma passagem para pedestres no bairro da Barreira.

Obr. vide lei no 954

Lei decretada sob no 934

Lei promulgada sob no 891

J. Tomiello
ARQUIVE-SE

Secretário Administrativo

2013/61

Proc. No 10.511
Clas. 10.8.813



- 1264 -

Prefeitura Municipal de Jundiaí

2
- 26 -

Em 28 de fevereiro de 1961.

N.º 5.R. 340/61

Exmo. Sr. Presidente:

As CJR, CFO e COSP
Sala das Sessões, em / 1/1/61

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

EXPEDIENTE

* MAR 1 1961 10511

PROTÓCOLO N.º

CLASSIF. 408-813

Tenho a subida honra de encaminhar ao Legislativo o inclusão projeto de lei que visa solucionar o problema da passagem para pedestres no bairro da Barreira.

Solicito interceder junto aos Exmos. Srs. Vereadores no sentido de darem rápida tramitação a esse projeto, de suma importância para o Município.

...
Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Excia. e à Egrégia Câmara Municipal os meus pretestos de elevada consideração.

Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr. Dr. José Godoy Ferraz,
DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí,
N E S T A.

PREFEITURA MUNICIPAL



As CJR e CECHAS
Sala das Sessões, em
30 de Janeiro de 1961
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI - 1264

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contratar com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro a construção, dentro de um ano a contar da vigência desta lei, de uma passagem inferior para pedestres no km 1 + 961.00, de suas ferrovias, conforme plantas e memoriais-orçamento que, rubricados pelo Prefeito Municipal ficam fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, crédito especial no valor de R\$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com a anulação parcial, nessa importância, da verba 151 - 8 13 2 - Material Permanente do orçamento vigente.

Artigo 3º - O crédito especial de que trata o artigo 2º terá vigência até 31 de dezembro de 1962.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As CJR, CFO e COSP
Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

Jundiaí, 28 de fevereiro de 1961.

Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

1 -

NO MÉRITO

Indiscutivelmente, o problema da construção de uma passagem para pedestres no bairro da Barreira vem desafiando a Administração Municipal de há muito tempo.

Esse problema atormenta toda a população de aldeias e porteiros da CP, criando-lhe uma série de sobressaltos, de preocupações, de correrias, de perda de tempo, com consequências, muitas vezes desastrosas.

É com a máxima satisfação que propomos, portanto, à Câmara Municipal de Jundiaí, a sua solução.

Essa solução representa o anseio de toda a gente boa, pacata, ordeira e trabalhadora, da Barreira, da Vila Rio Branco, do Jardim Rio Branco, enfim de toda uma vasta zona do Município.

De forma indireta, beneficia também, evidentemente, a toda a coletividade de nossa terra, beneficiando a discussão, a eficiência, o progresso, o desenvolvimento, o bem-estar social, o objetivo primeiro de nossa Administração.

2 -

SOB O ASPECTO TÉCNICO

Sala das Sessões, em
30 de Janeiro de 1961
PRESIDENTE

Contamos, nesse setor, com a colaboração preciosa do Departamento de Engenharia Civil da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Afeito a assuntos dessa natureza, pois problemas semelhantes surgem constantemente ao longo de suas ferrovias, é esse Departamento apto, evidentemente, a propor a melhor solução técnica.

O projeto e os memoriais elucidam amplamente a questão.

3 - SOB O ASPECTO FINANCEIRO

Está o Município em condições de arcar com as despesas decorrentes da execução desta lei.

Propomos, para obtenção de recurso hábil, a anulação parcial da verba que destinávamos, no orçamento, à operação de mecanização dos serviços da PM. É claro que vamos sacrificar, com isso, a organização mais racional de nossos serviços burocráticos. No entanto, o saldo remanescente ainda possibilitará ao Executivo fazer alguma coisa nesse setor de suas atividades, promovendo, na medida do possível, o aparelhamento de suas diversas seções.

Não desprezamos esse aspecto de nosso plano administrativo. Apenas concedemos prioridade para a solução de problema de muito maior envergadura.

A verba orçamentária destinada, especificamente, a esse problema, está toda ela onerada com as desapropriações e a execução de serviços que se tornarem necessários à obra: alargamento de vias públicas, remoção de postes, demolição e reconstrução de muros, mudança das porteiras, etc.

4 - SOB O ASPECTO LEGAL

O projeto é elaborado para que se possa cumprir o que determina o art. 82, ant. 76, da L.O.M.: "Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista saldo de verba cu crédito votado pela Câmara".

O art. 83, ant. 77, da mesma LOM está plenamente cumprido: "Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo caso de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento do seu custo".

Os recursos hábeis (art. 87, ant. 81, da LOM) são apontados e legalmente certos: anulação de verba orçamentária.

A exigência legal de abertura de concorrência pública (art. 88, ant. 82 da LOM) está, no presente caso, SMJ, plenamente superada: a Cia. Paulista de Estradas de Ferro está colaborando com a PM para a solução do problema e, nesse sentido que executaria a obra, se autorizada for. É evidente que se cobrira de todas as despesas, de todos os prejuizos que tiver. Não poderíamos pleitear dela também que arcasse com esse ônus.

Acresça-se a esse fato, de relevante importância, outro não menos importante: trata-se de obra a ser executada no leito da ferrovia. Altamente técnica, exige pessoal altamente especializado. A colaboração da CP não poderia, nunca, ser afastada, nem jamais ser exigida. A única solução seria, mesmo, a de convidar-se essa Empresa para a execução dos serviços. Se ela já está colaborando com a PM, se é de seu interesse particular também a solução rápida do problema, é evidente que tudo fará para atingir esse objetivo de forma cabal.

De outro lado, importante é lembrar-se que, aberta concorrência pública, a CP não apresentara proposta para execução dos serviços, segundo informações colhidas. Teríamos, então, o encarecimento da obra, além dos inconvenientes antes apontados: outras firmas trabalhando em serviço, intimamente ligado ao tráfego de trens, sem o interesse mais direto, mais incisivo da concessionária da ferrovia.

São as considerações de ordem legal que fazemos.

Jundiaí, 28 de fevereiro de 1961.


Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal.



* MAR 1 1961
PROTÓCOLO N.º 10512
CLASSIF 12

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 790

Senhor Presidente

Aprovado.
Sala das Sessões, em 3/3/91

PRESIDENTE

REQUEIRO à Mesa, na forma do Regimento Interno, ouvido o plenário, sejam concedidas urgência e preferência para discussão e votação ao projeto de lei nº 1 264, da Prefeitura, na Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, 1/3/1 961.

José Pedro Raimundo.

JUSTIFICATIVA

Um projeto dessa natureza não poderá esperar a ordem cronológica para sua discussão. Fatores diversos exigem a sua discussão imediata. Por se tratar de obra com orçamento que dia a dia sofre alteração e por ser um serviço de utilidade pública esperado há muitos anos pela população.

Se o projeto for para a pauta normal dos trabalhos, muitos meses serão contados antes que o Plenário possa apreciá-lo e nessas condições a matéria será grandemente prejudicada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

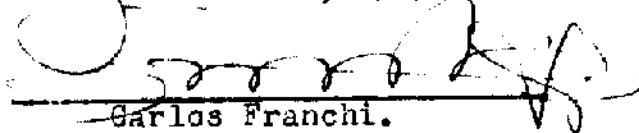
E M E N D A N° 1

(Projeto de lei n° 1 264)

Nova redação ao artigo 1º:

"art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contribuir com a importância até Cr. \$ 2 500 000,00 para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro construir, dentro de um ano a contar da vigência desta lei, uma passagem inferior para pedestres no Km. 1 + 961,00 de suas ferrovias, conforme plantas e memoriais-orçamento que, rubricados pelo Prefeito Municipal ficam fazendo parte integrante desta lei."

Sala das Sessões, 1/3/1961.


Carlos Franchi.

Aprovado:
 Sala das Sessões, em 11/1/61
 PRESIDENTE



20

[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 10.511

Projeto de lei nº 1 264, da Prefeitura Municipal, dispondo sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr. \$ 2 500 000,00, para contratar com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro a construção de uma passagem para pedestres no bairro da Barreira.

PARECER N° 2748

Dando cumprimento ao disposto no artigo 102 do Regimento Interno, esta Comissão dá a seguinte redação ao

PROJETO DE LEI N° 1 264

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contribuir com a importância até Cr. \$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro construir, dentro de um ano a contar da vigência desta lei, uma passagem inferior para pedestres no Km. 1 + 961,00 de suas ferrovias, conforme plantas e memoriais-orçamento que, rubricados pelo Prefeito Municipal, ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, crédito especial no valor de Cr. \$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com a anulação parcial, nessa importância, da verba 151 - 8 13 2 - Material Permanente do orçamento vigente.

Art. 3º - O crédito especial de que trata o artigo 2º terá vigência até 31 de dezembro de 1962.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 2/3/1961.

José Pacheco Netto
José Pacheco Netto Júnior,
Presidente e Relator.

Aprovado em 2.ª discussão.
Sala das Comissões, 13/3/1961
PRESIDENTE

APROVADO O PARECER EM 13/3/1961

Tarcísio Germano de Lemos

Waldemar Giarolla

Nelson Figueiredo

Nelson Figueiredo

Waldemar Giarolla

Walmor Barbosa Martins



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI N° 1 264

Proc. 10 511

Projeto de lei nº 1 264, da Prefeitura Municipal, dispondo sobre abertura de um crédito especial no valor de R\$ 2 500 000,00, para contratar com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro a construção de uma passagem no bairro da Barreira.

PARECERES VERBAIS

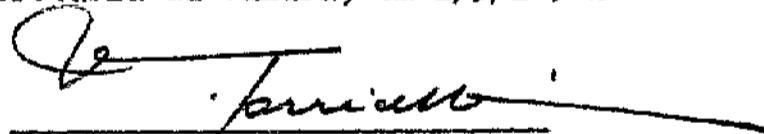
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO :- Aprovado parecer contrário do relator Tarcisio Germano de Lemos.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:- Aprovado parecer favorável do relator Carlos Franchi.

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS :- Aprovado parecer favorável do relator Celestino Chiavegato.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, - HIGIENE E ASSISTÊNCIA SOCIAL :- Aprovado parecer favorável do relator Nelson Figueiredo.

Secretaria da Câmara, em 1/3/1961.



Virgílio Torricelli,
Secretário Administrativo.

EXPEDIENTE



MAR 8 1961
PROTÓCOLO N.º 10562
CLASSIF 19

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 801

Senhor Presidente

Sala das Sessões,

PRESIDENTE

*Aprovado.**13/3/61**Barreiros*

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, seja concedida preferência ao projeto de lei nº 1 264, da Prefeitura Municipal, constante do item 3 da presente Ordem do Dia, para ser discutido em 1º lugar.

Sala das Sessões, 8/3/1961.

Walmor Barbosa Martins

*Walmor Barbosa Martins**Presidente**Walmor Barbosa Martins**Presidente*

Antônio Fonsêca



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI N° 1.264

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contribuir com a importância até ₩ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro construir, dentro de um ano a contar da vigência desta lei, uma passagem inferior para pedestres no Km 1 + 961,00 de suas ferrovias, conforme plantas e memoriais-orgâamento que, rubricados pelo Prefeito Municipal, ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, crédito especial no valor de ₩ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com a simulação parcial, nessa importância, da verba 151 - 8 13 2 - Material Permanente do orçamento vigente.

Art. 3º - O crédito especial de que trata o artigo 2º terá vigência até 31 de dezembro de 1962.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, nove de março de mil novecentos e sessenta e um.

Dr. José Godoy Ferraz,
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

9 m a r ç o

61.

PM.3/61/76:-

Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

10 511:-

À devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V. Excia. o projeto de lei nº 1 264, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 6 do corrente mês.

Valho-me da feliz oportunidade para reiterar a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e superior aprêço.

Dr. José Godoy Ferraz,
Presidente.

ANEXO:- Duas vias da lei.

A S. Excia. o Br. Dr. Omair Zomignani,

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí,

Nesta.

-GMP/-

35
53

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- LEI N° 891, de 18 de MARÇO de 1.961 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de
acordo com o que decretou a Câmara
Municipal, em sessão realizada no
dia 8/3/1.961, PROMULGA a seguinte
lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a con-
tribuir com a importância até ₩ 2.500.000,00 (dois milhões e
quinhentos mil cruzeiros) para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro construir, dentro do seu e centro da vigência
desta lei, uma passagem inferior para pedestres no Km 1+961,00
de suas ferrovias, conforme plantas e memoriais-erçamento que,
rubricados pelo Prefeito Municipal, ficam fazendo parte integrante
desta lei.-

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da
execução desta lei fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal,
crédito especial no valor de ₩ 2.500.000,00 (dois milhões e
quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com a anulação parcial,
nessa importância, da verba 151 - 8 13 2 - Material Per-
manente de erçamento vigente.-

Art. 3º - O crédito especial de que trata o artigo 2º
terá vigência até 31 de dezembro de 1.962.-

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

(Dr. Omair Zemignani)
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal
de Jundiaí, aos dezoito dias de mês de março de mil nevacentos
e sessenta e um.-

(Araldo Moreira Júnior)
Diretor Administrativo

xx.

"O Jundiaiense" de 25 de Março de 1.961

P/P:-

LEIS

**LEI N.º 891, DE 18 DE MARÇO
DE 1.961**

O PREFEITO MUNICIPAL
DE JUNDIAÍ, de acordo com
o que decretou a Câmara
Municipal, em sessão realiza-
da no dia 8-3-1.961, PRO-
MULGA a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica a Prefeitura
Municipal autorizada a contri-
buir com a importância até Cr\$
2.500.000,00 (dois milhões e qui-
nhentos mil cruzeiros) para a
Companhia Paulista de Estradas
de Ferro construir, dentro de
um ano a contar da vigência des-
ta lei, uma passagem inferior
para pedestres no Km 1 — 961,00
de suas ferrovias, conforme plan-
tas e memoriais — orçamento que,
rubricados pelo Prefeito Munici-
pal, ficam fazendo parte inte-
grante desta lei.

Art. 2.º — Para fazer face às
despesas decorrentes da execu-
ção desta lei fica aberto, na Di-
retoria da Fazenda Municipal,
crédito especial no valor de Cr\$
2.500.000,00 (dois milhões e qui-
nhentos mil cruzeiros), a ser co-
berto com a anulação parcial,
nessa importância, da verba 151
— 8 13 2 — Material Perma-
nente do orçamento vigente.

Art. 3.º — O crédito especial
de que trata o artigo 2.º terá
vigência até 31 de dezembro de
1.962.

Art. 4.º — Esta lei entrará
em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em
contrário.

DR. OMAIR ZOMIGNANI
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Admi-
nistrativa da Prefeitura Munici-
pal de Jundiaí, aos dezolto dias
do mês de março de mil nove-
centos e sessenta e um.

AROLDO MORAES JUNIOR
Diretor Administrativo

ANDAMENTO DO PROCESSO

COMISSÕES

C. J. R. _____

C. F. O. _____

C. O. S. P. _____

C. E. C. H. A. S. _____

Ao Sr. Vereador _____

ANEXOS

Fol 1-25 - Encaminhados e encarregados à P.M. (Sic. Brigada) os documentos de nº 5912. 34/61
assentado

AUTUADO EM 113 / 1961

V. Ferreira
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO